

**COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS PROFISSIONAIS DAS CIÊNCIAS
E DAS ARTES DO CENTRO OESTE DO BRASIL LTDA. CNPJ: 73.847.935/0001-38
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS LEVANTADAS EM 31 DE DEZEMBRO
I - BALANÇO PATRIMONIAL**

ATIVO	NOTA	31.12.2017	31.12.2016
CIRCULANTE		288.884.960,55	258.721.456,89
DISPONIBILIDADES	4	268.997,85	555.768,31
Caixa		231.533,83	487.487,41
Depósitos Bancários		37.464,02	78.300,90
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	5	231.798.289,90	211.590.939,51
Centralização Financeira - Cooperativas		231.798.289,90	211.590.939,51
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	6	56.338.824,22	46.224.561,57
Empréstimos, Financiamentos e Direitos Creditórios		57.688.552,72	47.161.242,30
(-) Rendas a Apropriar		(128.975,38)	(56.129,05)
(-) Rendas Inadimplência		-	(23.855,47)
(-) Provisão p/ Operações de Crédito		(1.222.753,12)	(858.596,21)
OUTROS CRÉDITOS	7	222.678,76	172.003,80
Rendas a Receber		5.049,31	2.759,01
Diversos		217.629,45	169.234,78
OUTROS VALORES E BENS	8	236.169,82	168.183,70
Outros Valores e Bens		138.250,29	160.927,52
Despesas Antecipadas		96.919,53	7.256,18
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	9	51.426.252,00	39.968.564,93
DEPÓSITO EM GARANTIA		17.100,00	17.100,00
Interposição de recursos trabalhistas		17.100,00	17.100,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		51.409.152,00	39.951.464,93
Operações de Crédito- Setor Privado		52.814.443,01	40.938.943,47
(-) Rendas a Apropriar		(116.225,88)	(59.173,03)
(-) Rendas Inadimplência		-	(25.149,19)
(-) Provisão p/Créditos de Liquidação Duvidosa		(1.289.065,13)	(903.156,32)
PERMANENTE	10	13.746.703,07	9.460.016,06
INVESTIMENTOS	10.a	7.701.306,38	4.947.133,86
Ações e cotas		7.701.306,38	4.947.133,86
IMOBILIZADO DE USO	10.b	6.039.496,05	4.479.205,32
Imobilizado de Uso		9.410.319,51	7.545.139,71
(-) Depreciações Acumuladas		(3.370.821,46)	(3.065.934,39)
INTANGÍVEL	10.c	7.898,64	33.676,88
Outros Ativos Intangíveis		13.382,86	39.188,94
(-) Amortização Acumulada de Ativos Intangíveis		(5.484,02)	(5.512,06)
TOTAL DO ATIVO		354.039.915,62	308.150.937,88

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUA DOS PROFISSIONAIS DAS CIÊNCIAS
E DAS ARTES DO CENTRO OESTE DO BRASIL LTDA. CNPJ: 73.847.935/0001-38
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS LEVANTADAS EM 31 DE DEZEMBRO
I - BALANÇO PATRIMONIAL**

PASSIVO		31.12.2017	31.12.2016
CIRCULANTE		256.371.172,27	216.461.448,30
DEPÓSITOS	11	251.298.816,66	212.376.398,02
Depósitos à Vista		42.453.226,01	36.170.080,54
Depósitos Sob Aviso		3.291.000,89	8.253.637,17
Depósitos a Prazo		205.554.589,76	167.952.681,31
OUTRAS OBRIGAÇÕES	12	5.072.355,61	4.085.048,28
Cobrança e Arrecadação de Tributos	12.a	39.917,79	11.457,27
Sociais e Estatutárias	12.b/c	2.391.493,45	1.273.235,87
Fiscais e Previdenciárias	12.d	1.617.775,29	1.785.708,49
Diversas	12.e	901.337,77	781.711,81
Provisão p/ Garantias Financeiras		66.356,29	-
Credores Diversos	12.f	55.475,02	232.937,74
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	12.f	1.205.857,16	1.666.826,18
Trabalhistas		740.430,18	1.342.888,88
Cíveis		265.426,98	123.937,30
Outras Contingências		200.000,00	200.000,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13	96.462.886,19	90.021.763,40
Capital Social		88.179.301,14	82.243.398,75
Reserva Legal		5.257.984,28	4.879.784,18
Sobras ou Perdas Acumuladas	14	3.025.600,77	2.898.580,47
TOTAL DO PASSIVO		354.039.915,62	308.150.037,88

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUA DOS PROFISSIONAIS DAS CIÊNCIAS
E DAS ARTES DO CENTRO OESTE DO BRASIL LTDA. CNPJ: 73.647.935/0001-38
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS LEVANTADAS EM 31 DE DEZEMBRO
II - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**

DISCRIMINAÇÃO	2º SEMESTRE 2017	EXERCÍCIOS	
		2017	2016
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	21.872.901,91	45.654.338,11	48.110.134,06
Operações de Crédito	12.863.941,90	25.257.319,81	22.540.587,79
Resultado de Op.com Títulos e Valores Mob.	9.008.960,01	20.397.018,30	25.577.547,17
DESPESA DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(8.630.962,31)	(18.630.044,66)	(22.449.502,89)
Operações de Captação no Mercado	(7.605.114,18)	(17.238.416,64)	(21.820.830,83)
Reversão Provisões Operações de Crédito	(1.025.848,13)	(1.391.629,02)	(628.672,06)
RESULTADO BRUTO DA INTERMED.FINANCEIRA	13.241.939,60	27.024.293,45	25.660.632,07
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(11.710.519,26)	(23.237.806,59)	(22.026.370,91)
Receita de Prestação de Serviços	939.506,19	1.538.627,52	994.475,84
Despesa de Pessoal	(5.128.289,65)	(9.766.187,80)	(7.728.916,21)
Outras Despesas Administrativas	(4.479.927,15)	(7.644.750,22)	(5.484.154,70)
Despesas Tributárias	(64.294,18)	(155.654,79)	(112.955,37)
Outras Receitas Operacionais	685.386,07	1.342.150,55	193.859,35
Outras Despesas Operacionais	(3.642.900,54)	(8.361.792,05)	(9.889.179,82)
RESULTADO OPERACIONAL	1.531.420,34	3.786.686,86	3.641.761,16
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(62.043,31)	19.955,53	(7.411,01)
Rendas não Operacionais	40.929,19	168.398,78	3.489,29
Despesas não Operacionais	(102.972,50)	(148.443,25)	(10.900,30)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO	1.469.377,03	3.806.642,39	3.634.350,15
Imposto de Renda e Contribuição Social	(3.963,50)	(5.973,68)	(2.696,87)
SOBRAS LÍQUIDAS	1.465.413,53	3.800.668,71	3.631.653,28

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUA DOS PROFISSIONAIS DAS CIÊNCIAS
E DAS ARTES DO CENTRO OESTE DO BRASIL LTDA. CNPJ: 73.647.936/0001-38
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS LEVANTADAS EM 31 DE DEZEMBRO
III - DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Descrição	Capital	Reserva Legal	Sobras/(Perdas) Acumuladas	Patrimônio Líquido
Saldo em 31/12/2015	89.849.181,07	4.517.461,52	2.783.172,79	77.149.815,39
Capitalização de Sobras 2015	1.391.586,00	-	(1.391.586,00)	-
Integralização de Capital 2015	7.728.075,42	-	-	7.728.075,42
Juros pago ao Capital 2016	9.583.263,06	-	-	9.583.263,06
IRRF S/ Juros ao Capital 2016	(1.429.390,21)	-	-	(1.429.390,21)
Estorno de Juros ao Capital 2016	(0,02)	-	-	(0,02)
Distrib. Sobras (A.G.O 03/2016)	1.391.586,70	-	(1.391.586,70)	-
Restituição Capital Integralizado	(837.392,04)	-	-	(837.392,04)
Baixas de Capital Social 2016	(5.432.745,66)	-	-	(5.432.745,66)
Estorno de Integralização 2016	(647,00)	-	-	(647,00)
Estorno distribuição de sobras 2016	(118,57)	-	-	(118,57)
Sobras	-	-	3.631.653,28	3.631.653,28
FATES ao cooperativo	-	-	(362.322,56)	(362.322,56)
FATES ao não cooperativo	-	-	(8.427,69)	(8.427,69)
Reserva Legal	-	362.322,56	(362.322,56)	-
Saldo em 31/12/2016	82.342.398,75	4.879.784,18	2.896.580,47	90.021.763,40
Capitalização de Sobras 2017	1.449.290,23	-	(1.449.290,23)	-
Integralização de Capital 2017	5.927.597,98	-	-	4.478.307,75
Juros pago ao Capital 2017	7.848.834,04	-	-	7.848.834,04
IRRF S/ Juros ao Capital 2017	(1.170.008,69)	-	-	(1.170.008,69)
Estorno de Juros ao Capital 2017	(16.759,85)	-	-	(16.759,85)
Distrib. Sobras (A.G.O 03/2017)	-	-	(1.449.290,23)	-
Restituição Capital Integralizado	(2.400.348,54)	-	-	(2.400.348,54)
Baixas de Capital Social 2017	(5.697.469,71)	-	-	(5.697.469,71)
Estorno de Integralização 2017	(5.233,00)	-	-	(5.233,00)
Estorno distribuição de sobras 2017	(0,07)	-	-	(0,07)
Sobras	-	-	3.800.668,71	3.800.668,71
FATES ao cooperativo	-	-	(378.200,10)	(378.200,10)
FATES ao não cooperativo	-	-	(18.667,75)	(18.667,75)
Reserva Legal	-	378.200,10	(378.200,10)	-
Saldo em 31/12/2017	88.179.301,14	5.257.984,28	3.025.500,77	96.462.886,19
Mutações do Exercício de 2017	5.935.902,39	378.200,10	127.020,30	6.441.122,79
Saldo em 30/06/2017	82.963.578,43	4.879.784,18	2.335.255,18	90.178.617,79
Integralização Capital 2º sem./2017	2.796.803,36	-	-	2.796.803,36
Juros pago ao Capital 2º sem./2017	7.781.251,15	-	-	7.781.251,15
IRRF s/Juros ao Capital 2º sem/2017	(1.160.248,36)	-	-	(1.160.248,36)
Baixas Capital Social 2º sem./2017	(2.210.112,19)	-	-	(2.210.112,19)
Estorno Integralização 2º sem/2017	(3.749,00)	-	-	(3.749,00)

Restituição Capital Integralizado	(1.988.222,25)	-	-	(1.988.222,25)
Sobras	-	-	1.465.413,53	1.465.413,53
FATES ato cooperativo	-	-	(378.200,10)	(378.200,10)
FATES ato não cooperativo	-	-	(18.667,74)	(18.667,74)
Reserva Legal	-	378.200,10	(378.200,10)	-
Saldo em 31/12/2017	88.179.301,14	5.257.984,28	3.025.600,77	96.462.886,19
Mutações do 2º Semestre de 2017	5.215.722,71	378.200,10	690.345,59	5.284.268,40

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS PROFISSIONAIS DAS CIÊNCIAS
E DAS ARTES DO CENTRO OESTE DO BRASIL LTDA. CNPJ: 73.647.935/0001-38
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS LEVANTADAS EM 31 DE DEZEMBRO
IV - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO**

	2º Sem, 2017	2017	2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Sobras Líquidas do Exercício	1.465.413,52	3.800.666,71	3.831.853,28
Ajustes por:			
Depreciação	334.032,70	163.121,32	619.203,29
Amortização do Diferido	-	(29.145,83)	(261.974,54)
Amortização do Intangível	(1.987,10)	(28,04)	2.703,56
Provisões de Crédito a Curto Prazo	149.934,06	366.056,21	560.661,24
Provisões de Crédito a Longo Prazo	389.427,73	385.908,81	(153.361,76)
Geração Bruta de Caixa	2.536.820,92	4.686.682,06	4.298.885,07
Aumento de Relações Interfinanceira em Longo Prazo	-	-	(17.101.239,04)
Aumento das Operações de Crédito a Curto Prazo	(7.538.590,97)	(10.480.319,58)	(6.718.284,27)
Aumento de Outros Créditos a Curto Prazo	(98.287,47)	(50.674,96)	(13.382,94)
Aumento de Outros Valores e Bens	-	(67.966,12)	(32.641,83)
Redução de Outros Valores e Bens	32.579,67	-	-
Aumento das Operações de Crédito a Longo Prazo	(10.747.695,87)	(11.843.595,88)	-
Redução das Operações de Crédito a Longo Prazo	-	-	631.328,30
Aumento dos Depósitos	24.670.854,73	38.922.417,64	-
Redução dos Depósitos	-	-	4.076.288,31
Redução de Relações Interfinanceira	(1.206.158,90)	-	-
Aumento de Outras Obrigações a curto prazo	-	957.308,33	1.408.334,93
Redução de Outras Obrigações a curto prazo	(1.470.797,59)	-	-
Redução de Outras Obrigações a longo prazo	(491.287,57)	(480.969,02)	-
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	5.487.436,65	21.692.760,61	(13.448.713,47)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aumento de Investimentos	(2.754.172,52)	(2.754.172,52)	-
Aumento de Imobilizado	(1.415.402,59)	(1.723.414,06)	(472.772,93)
Redução do Diferido	-	29.145,83	429.027,14
Aumento do Intangível	-	-	(26.806,26)
Redução do Intangível	25.806,28	25.806,28	-
Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos	(4.143.768,83)	(4.422.634,66)	(89.562,07)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Integralização de Capital	2.796.803,36	5.927.597,98	7.728.075,42
Devolução de Capital	(4.198.334,44)	(8.097.818,25)	(5.432.745,66)
Redução de Obrigações por Empréstimos a longo prazo	-	-	(388.466,70)
Destinação para o Fates	(396.867,65)	(396.867,65)	(370.750,25)
Juros ao Capital	7.781.251,15	7.848.834,04	9.593.283,04
IRRF Juros ao Capital	(1.180.248,38)	(1.170.008,69)	(1.429.590,21)
Exorno de Integralização	-	(16.759,85)	(647,00)
Transferência conforme AGO	-	(1.499.290,23)	(837.392,04)
Ajustes Diversos	(3.748,99)	(5.233,07)	(116,57)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	4.818.854,87	2.640.454,08	8.850.835,97
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	6.162.522,69	19.910.579,93	(4.687.429,57)
(+) Saldo Inicial de Caixa e equivalente de caixa	225.904.765,06	212.156.707,82	43.974.033,30
(-) Saldo Final de Caixa e equivalente de caixa	232.067.287,75	232.067.287,75	39.306.603,73
(Redução)/Aumento do Saldo do Caixa e equivalente de caixa	6.162.522,69	19.910.579,93	(4.687.429,57)

Exercício de 2017		Inicial	Final	
Disponibilidade		565.768,31	288.997,85	1.1
Relações Interfinanceiras		211.590.939,51	231.798.268,90	1.4
Total de Caixa e equivalente de Caixa		212.156.707,82	232.067.287,76	

2º semestre de 2017		Inicial	Final	
Disponibilidade		166.245,06	288.997,85	1.1
Relações Interfinanceiras		225.748.520,00	231.798.268,90	1.4
Total de Caixa e equivalente de Caixa		225.904.765,06	232.067.287,76	

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUA DOS PROFISSIONAIS DAS
CIÊNCIAS E DAS ARTES DO CENTRO OESTE DO BRASIL LTDA. – UNIPRIME
CENTRO OESTE DO BRASIL**

**NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS
PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016 (Em R\$ 1,00)**

1. ATIVIDADE

A COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUA DOS PROFISSIONAIS DAS CIÊNCIAS E DAS ARTES DO CENTRO OESTE DO BRASIL LTDA. – UNIPRIME CENTRO OESTE DO BRASIL, constituída em 23 de março de 1993, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, tem por objetivo proporcionar, pela mutualidade, assistência financeira aos associados, prestar serviços financeiros e afins e promover o aprimoramento técnico, educacional e social de seus dirigentes, associados, empregados e respectivos familiares.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Na elaboração das demonstrações contábeis adotamos as alterações na legislação societária introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09. As Normas Brasileiras de Contabilidade incorporaram estas alterações decorrentes deste processo de convergência através da aceitação dos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017 e de 2016 foram elaboradas de acordo com os critérios estabelecidos pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, do Banco Central do Brasil, o qual contempla parte das Normas Brasileiras de Contabilidade que foram alteradas pelo processo de convergência com as normas internacionais de Contabilidade (IFRS). Os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) para os quais o Conselho Monetário Nacional emitiu posicionamento direto ou indireto sobre a sua aplicabilidade para as instituições financeiras foram os seguintes: CPC 00 Conceitual Básico (Resolução 4144/12), CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável do Ativo (Resolução 3566/2008), CPC 02 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis (Resolução 4524/2016), CPC 03 - Fluxo de Caixa (Resolução 3604/2008), CPC 04 - Ativo Intangível (Resolução 4534/2016), CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (Resolução 3750/2009), CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações (Resolução 3.989/2011); CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (Resolução 4007/2011); CPC 24 - Eventos Subsequentes (Resolução 3973/2011); CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (Resolução 3.823/09), CPC 27 - Ativo Imobilizado (Resolução 4535/2016) e CPC 33 - Benefícios a Empregados (Resolução 4424/2015).

Na elaboração destas demonstrações contábeis também foram observadas as disposições da legislação cooperativista.

Para efeito de comparabilidade, as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2017 estão ladeadas pelas demonstrações de 31 de dezembro de 2016, demonstradas em reais.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do Resultado

As receitas e despesas são apropriadas mensalmente, pelo regime de competência.

b) Operações Ativas e Passivas

As operações ativas e passivas com encargos pré e pós-fixados são registradas pelo valor principal, com acréscimo dos respectivos encargos incorridos, inclusive atualização monetária, observada a periodicidade da capitalização contratual.

c) Operações de Crédito

As operações de crédito estão classificadas de acordo com os riscos apresentados, amparadas por informações internas e externas em relação ao devedor e seus garantidores, e em relação à operação, levando-se em conta, ainda, as situações de renda e patrimônio, bem como outras informações cadastrais do devedor, conforme resoluções emanadas do Banco Central do Brasil.

d) Efeitos Inflacionários

Os valores que compõem o Ativo Permanente e o Patrimônio Líquido não foram corrigidos monetariamente, em obediência à Lei 9.249/95, Art. 4º, que revogou a correção monetária das demonstrações financeiras.

e) Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo de aquisição/construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear, com base nas taxas anuais descritas na nota explicativa nº 10. Correspondente aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da cooperativa ou exercidos com essa finalidade.

f) Provisões para Riscos em Operações de Crédito

As provisões para risco em operações de crédito foram constituídas atendendo aos normativos do Banco Central do Brasil, através das Resoluções 2682/99 e 2697/00, bem como aos critérios da política de crédito da Singular e da Uniprime Central, classificando as operações por faixas de riscos constituindo as devidas provisões.

g) Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

Conforme o Pronunciamento Técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e a Resolução 3.823/09 do Conselho Monetário Nacional estão sendo aplicados critérios de reconhecimento e bases de mensurações apropriadas para provisões, passivas e ativas contingentes.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos com liquidez imediata, que são utilizados para o gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Cooperativa, compreendendo:

CONTAS	31/12/2017	31/12/2016
Caixas e Saldos em Bancos	268.997,85	565.768,31
Relações Interfinanceiras	231.798.289,90	211.590.939,51
TOTAL	232.067.287,75	212.156.707,82

5. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS - ATIVAS

As Relações Interfinanceiras são aplicações financeiras com liquidez diária no valor de R\$ 231.798.289,90 em 31 de dezembro de 2017 e R\$211.590.939,51 em 31 de dezembro de 2016, referentes à centralização financeira depositada na Uniprime Central, CNPJ 03.046.391/0001-73, que as aplica de forma centralizada com os recursos das demais cooperativas singulares a ela vinculadas, cuja receita é mensalmente creditada às singulares proporcionalmente ao volume de depósitos mantidos.

6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a composição da carteira de operações de crédito apresentava as seguintes distribuições:

6.1 – TIPO DE OPERAÇÃO

Tipo	31/12/2017	31/12/2016
Cheque Especial	7.750.937,32	8.144.069,50
Adiantamento a Depositante	175.193,90	157.414,03
Empréstimos	54.373.747,89	27.016.661,60
Títulos Descontados	1.516.158,83	2.267.010,22
Financiamentos	46.443.756,53	50.350.723,68
Sub-Total	110.259.794,47	87.935.879,03
(-) Provisão p/ Créditos Liquidação Duvidosa	(2.511.818,25)	(1.759.852,53)
TOTAL	107.747.976,22	86.176.026,50

6.2 – CRONOGRAMA DE VENCIMENTO DAS OPERAÇÕES

Prazo	31/12/2017	31/12/2016
Vencidos até 15 dias	711.472,88	310.383,59
Vencidos após 15 dias	401.936,09	281.775,60
Vencidos até 90 dias	17.937.737,37	16.126.417,78
Vencidos de 91 até 180 dias	17.092.625,92	13.989.910,12
Vencidos de 181 até 360 dias	22.375.112,98	16.631.532,79
Vencidos de 361 até 720 dias	27.962.444,22	20.473.740,64
Vencidos acima de 721 dias	23.778.465,01	20.122.118,51
Sub-Total	110.259.794,47	87.935.879,03
(-) Provisão p/ Crédito de Liquidação Duvidosa	(2.511.818,25)	(1.759.852,53)
TOTAL	107.747.976,22	86.176.026,50

6.3 – CLASSIFICAÇÃO PELO RISCO

Nível	Valor Total 31/12/2017	Valor Provisão 31/12/2017	Valor Total 31/12/2016	Valor Provisão 31/12/2016
AA - NORMAL	0,00	0,00	0,00	0,00
A - NORMAL	48.962.654,32	234.813,33	36.983.205,61	184.916,08
A - VENCIDO	0,00	0,00	25.672,64	128,36
B - NORMAL	42.355.125,06	423.551,24	29.268.483,93	292.684,83
B - VENCIDO	541.802,46	5.416,03	530.771,11	5.307,75
C - NORMAL	17.299.899,74	518.997,05	19.157.278,86	574.718,56
C - VENCIDO	565.978,27	16.979,38	594.950,26	17.848,51
D - NORMAL	477.242,09	47.724,22	55.938,51	5.583,85
D - VENCIDO	458.631,74	45.863,18	50.577,48	5.057,77
E - NORMAL	146.899,64	44.069,89	359.417,23	107.825,16
E - VENCIDO	42.865,72	12.859,73	271.729,87	81.518,96
F - NORMAL	200.830,77	100.415,42	44.308,55	22.154,31
F - VENCIDO	129.223,61	64.611,82	55.125,31	27.562,67
G - NORMAL	99.323,17	69.526,22	68.209,49	47.746,66
G - VENCIDO	175.090,46	122.583,34	278.070,44	194.649,32
H - NORMAL	103.077,32	103.077,32	17.981,53	17.981,53
H - VENCIDO	701.350,10	701.350,10	174.158,21	174.158,21
TOTAL	110.259.794,47	2.511.818,25	87.935.879,03	1.759.852,53

6.4 – VALORES EM PREJUÍZO REGISTRADOS NO COMPENSADO

EXERCÍCIO	PREJUÍZO ESCRITURAL RECUPERADO	PREJUÍZO REGISTRADO	DIFERENÇA
SALDO INICIAL			2.387.933,01
2013	112.490,34	411.221,56	(298.731,22)
2014	209.947,38	187.665,66	22.281,72
2015	191.105,22	278.428,88	(87.323,66)
2016	70.285,07	203.883,65	133.598,58
2017	855.109,52	552.937,98	302.171,54
SALDO FINAL			2.459.929,97

- No exercício de 2017 foi efetivado a título de Receita de Recuperação de Créditos baixados como prejuízo o montante de R\$ 855.109,52, e prejuízos registrados no valor de R\$ 552.937,98, perfazendo um saldo em 31 de dezembro de 2017 de R\$ 2.459.929,97.

7. OUTROS CRÉDITOS

Contas	31/12/2017	31/12/2016
Adto. a Fornecedores	91.581,50	30.011,50
Adto. e Antecipações Salariais	35.661,05	81.724,19
Serviços Prestados a Receber	5.049,31	2.789,01
Impostos a compensar	1.989,75	1.694,12
Devedores Diversos	69.893,15	55.804,98
Pagamentos a Ressarcir	18.504,00	0,00
TOTAL	222.678,76	172.003,80

- Devedores Diversos – O valor de R\$ 69.893,15 refere-se a pendências que serão regularizadas no decorrer do 1º semestre de 2018.

8. OUTROS VALORES E BENS

Contas	31/12/2017	31/12/2016
Imóveis	0,00	51.273,65
Veículos e Afins	62.747,53	109.653,87
Materiais de Expediente	78.502,76	0,00
Vale Transporte	182,80	0,00
Prêmios de Seguros	5.928,47	6.326,34
Assinaturas de periódicos	241,66	241,66
Licenças/Certificados	5.310,00	0,00
Ágio aquisição LFTS	0,00	688,18
Outras Despesas Antecipadas	85.276,60	0,00
TOTAL	236.168,82	168.183,70

- Na conta Veículos e Afins estão registrados valores referentes veículos financiados, recuperados judicialmente, sendo que o saldo permanecerá nessa conta até liberação judicial e posterior venda do bem;
- A conta Materiais de Expediente refere-se a materiais em estoque para consumo das agências e da gestão;
- Na conta Outras Despesas Antecipadas foi registrado o valor do auxílio alimentação pago no mês de dezembro/2017 a ser apropriada no mês subsequente;
- As demais contas estão sendo amortizadas de acordo com a vigência do contrato, até sua total liquidação.

9. ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Representam valores a receber após o término do exercício seguinte:

Contas	31/12/2017	31/12/2016
Operações de Crédito	51.409.152,00	39.951.464,93
Depósito Judicial Trabalhista	17.100,00	17.100,00
TOTAL	51.426.252,00	39.968.564,93

10. ATIVO PERMANENTE

a) Investimento

Representado no exercício de 2017 pela participação em Ações e Cotas na Brasil Telecom no valor de R\$ 10.814,40, na Unimed Seguradora no valor de R\$ 5.001,19 e na Uniprime Central, no valor de R\$ 7.685.490,79, cujo montante totaliza investimentos de R\$ 7.701.306,38.

b) Imobilizado

Contas	Situação Líquida em 31/12/2017	Situação Líquida em 31/12/2016	Taxa Deprec. ano %
Imobilizações em curso	0,00	0,00	0%
Terrenos	550.893,82	215.893,82	0%
Edificações	3.028.448,55	2.993.718,72	4%
Mobiliários	867.326,54	348.822,45	10%
Máquinas e Equipamentos	520.236,08	453.673,58	10%
Instalações	799.843,26	314.679,08	10%
Sistema de Comunicação	4.460,56	5.437,36	10%
Sistema de Proc. de Dados	152.147,50	64.642,76	20%
Sistema de Segurança	86.562,87	57.337,97	10%
Sistema de Transporte	19.780,89	24.999,58	20%
TOTAL	6.039.498,05	4.479.205,32	

c) Intangível

Contas	Situação Líquida em 31/12/2017	Situação Líquida em 31/12/2016	Taxa Amort. ano %
Outros Ativos Intangíveis	7.898,64	33.676,88	10%
TOTAL	7.898,64	33.676,88	

11. DEPÓSITOS

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a composição dos depósitos apresentava as seguintes distribuições:

11.1 – Classificação dos Depósitos:

Depósitos	31/12/2017	31/12/2016
A Vista	42.453.226,01	36.170.080,54
A Prazo	208.845.590,65	176.206.318,48
TOTAL	251.298.816,66	212.376.399,02

- **À Vista**
Saldo representa valores depositados pelos cooperados em contas correntes Pessoas Físicas e Pessoas Jurídicas nas datas acima indicadas.
- **A Prazo**
Saldo representa valores aplicados pelos cooperados em depósitos a prazo (RDC), e depósitos sob aviso.

11.2 – Cronograma de Vencimento dos Depósitos a Prazo:

Prazo	31/12/2017	31/12/2016
Depósito sob aviso	3.298.033,31	8.260.146,10
Vincendos até 540 dias	99.530.936,61	86.004.564,97
Vincendos de 541 a 720 dias	155.888,20	81.199.219,95
Vincendos acima de 720 dias	105.749.216,00	742.387,46
Depósitos Judiciais com Remuneração	111.516,53	0,00
TOTAL	208.845.590,65	176.206.318,48

- Em Depósitos Judiciais com Remuneração está registrado o valor de R\$111.516,53, referente a bloqueio de depósitos a prazo oriundos de ordens judiciais.

12. OUTRAS OBRIGAÇÕES (PASSIVO CIRCULANTE E EXIGÍVEL A LONGO PRAZO)

a) IOF s/ Operações de Crédito (Passivo Circulante)

São encargos de IOF que incidiram sobre operações de crédito liberadas a serem recolhidas à Receita Federal do Brasil (R\$ 39.917,79 em 31 de dezembro de 2017 e R\$ 11.457,27 em 31 de dezembro de 2016).

b) Sociais e Estatutárias (Passivo Circulante)

FATES – Durante o exercício de 2017, foi absorvido o valor de R\$ 435.843,83 nas contas de FATES, representando custeio com assistência técnica, educacional e social. Em 31 de dezembro de 2017, o FATES apresenta saldo de R\$ 396.867,84.

c) Sociais e Estatutárias (Passivo Circulante)

COTAS DE CAPITAL A PAGAR – Corresponde a valores de capital a pagar de cooperados falecidos (aguardando inventário judicial) e desligados (aguardando realização da Assembleia Geral Ordinária para liberação), conforme estatuto.

d) Fiscais e Previdenciárias (Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo)

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Imposto de Renda e CSLL a Pagar	1.536,49	523,75
Impostos e Contribuições s/ Serv. Terceiros	31.685,39	53.034,17
Impostos e Contribuições s/ Salário	320.988,42	231.967,10
Outros Impostos e Contribuições a Recolher	1.263.564,99	1.500.181,47
TOTAL	1.617.775,29	1.785.706,49

e) Provisões para Pagamentos a Efetuar (Passivo Circulante)

Representa as obrigações com terceiro compostos por:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Provisões para despesas com pessoal	711.466,67	571.812,14
Provisões para outras despesas administrativas	187.321,64	209.899,77
Provisões para outros pagamentos	2.549,46	0,00
TOTAL	901.337,77	781.711,91

- Provisões para despesas com pessoal:
Representa o valor necessário para pagamento de férias, 13º salário, gratificações e seus respectivos encargos, apurados pelo número de dias de direito dos funcionários, calculado até 31 de dezembro de 2017 e de 2016.
- Provisão para outras despesas e outros pagamentos:
Representa o valor necessário para pagamento de despesas administrativas e serviços de terceiros, calculadas até 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

f) Credores Diversos (Passivo Circulante)

Saldo de R\$ 55.475,02 em 31 de dezembro de 2017 e de R\$ 232.937,74 em 31 de dezembro de 2016 é representado por valores a pagar a fornecedores e obrigações pendentes a serem regularizadas no decorrer do 1º semestre de 2018.

g) Provisões p/ Passivos Contingenciais (Passivo Exigível a Longo Prazo)

A Cooperativa constituiu provisões para contingências, conforme segue:

- Provisão para contingências trabalhistas, previsto na política de Recursos Humanos da singular aprovada por resolução do Conselho de Administração nº 137/2014, e ações judiciais trabalhistas cujo montante depositado em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 1.466,826,18 e em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 740,430,18;
- Provisão para contingências cíveis refere-se ações cíveis em andamento no montante de R\$ 265.428,98 em 31 de dezembro de 2017;
- Provisão para riscos de segurança no valor de R\$ 200.000,00 em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

13. CAPITAL SOCIAL

O capital está representado pela participação de 8.336 cooperados (5.656 em 2016), atingindo o montante de R\$ 88.179.301,14 em 31 de dezembro de 2017 e de R\$ 82.243.398,75 em 31 de dezembro de 2016.

O quadro social está aberto a todos os profissionais enquadrados no grande grupo de Classificação Brasileira de Ocupações (CBO 02) do Ministério do Trabalho e Emprego. Houve aumento de 680 novos associados no exercício de 2017. Vide abaixo a composição do quadro social.

Atividade	31/12/2017	31/12/2016
Médicos	1.641	1.548
Psicólogos	218	198
Fonocardiologistas	47	44
Fisioterapeutas e Terapeutas ocupacionais	256	244
Nutricionistas	53	46
Farmacêuticos	160	150
Enfermeiros	153	147
Odontólogos	549	527
Médicos Veterinários e Zootecnistas	180	176
Professores	234	218
Bioquímicos	8	7
Assistentes Sociais	40	37
Biólogos e Biomédicos	29	28
Advogados	221	170
Administradores	186	151
Contadores e Técnicos em Contabilidade	91	65
Engenheiros	61	45
Arquitetos e Paisagistas	31	32
Analistas de Sistemas e Técnicos de Informática	17	9
Economistas	17	12
Jornalistas e Publicitários	27	25
Estudantes	174	132
Funcionários	107	107
Pessoas Jurídicas	976	769
Outras Profissões	860	769
TOTAL	8.338	5.666

14. SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS

As sobras ou perdas acumuladas estão assim compostas:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Resultado do Exercício - DRE	3.800.668,71	3.631.653,28
FATES – Atos não Coop – Art. 87 da Lei 5.764/71	(18.667,74)	(8.427,69)
Sobras do Exercício	3.782.000,97	3.623.225,59
FATES (10%)	(378.200,10)	(362.322,56)
Fundo de Reserva – 10%	(378.200,10)	(362.322,56)
SOBRAS À DISPOSIÇÃO DA ASSEMBLEIA	3.025.600,77	2.898.580,47

15. COMPENSADO

Representado pelas seguintes contas:

Descrição	31/12/2017	31/12/2018
Garantias Financeiras Prestadas	3.908.626,41	-
Classificação da Carteira de Crédito	110.259.794,47	87.935.879,03
Custódia de Valores	3.248.449,69	3.816.531,57
Contratos de Seguro Celebrados	7.180.042,00	8.177.000,00
Despesas de Captação	-	20.784,02
Resp. p/ avalis/finanças e outras garantias	180.720.178,54	237.238.561,24
Créditos Baixados como Prejuízo	2.459.929,97	2.157.758,43
Créditos Contratados a Liberar	31.661.856,02	25.257.801,61
PR Mínimo – Central PR/MS	7.885.490,79	4.935.148,59
Cheque Especial	0,00	30.974.800,00
Bens recebidos em Comodato	32.706,00	9.864,00
Ações Monitorias	90.690,12	90.690,12
TOTAL	347.247.764,01	400.614.818,61

16. RESOLUÇÃO 2554/98 – CONTROLES INTERNOS

De acordo com o estabelecido nesta resolução do Conselho Monetário Nacional, a Uniprime Centro Oeste do Brasil implementou os controles internos exigidos, tendo como destaque:

- a) A realização de duas Auditorias Internas, conforme a Circular 3.400 e a Carta-Circular 3.337, ambas do Banco Central do Brasil;
- b) Implantação do Sistema de Gestão – SIAGE e SIARI;
- c) Implantação do Fundo Garantidor;
- d) Implantação da Gestão Tributária;
- e) Implantação do programa de Prevenção a Lavagem Dinheiro e Financiamento a Terrorismo;
- f) A Uniprime Centro Oeste do Brasil é auditada duas vezes por ano pela Bauer Auditores Associados.
- g) A Uniprime Centro Oeste do Brasil é auditada periodicamente pela auditoria interna da Uniprime Central.
- h) A Uniprime Centro Oeste do Brasil passou a ser auditada em 2017 pelos serviços de auditoria cooperativa.

17. REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS

A redução ao valor recuperável dos ativos é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por redução do ativo, quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. A CPC em pauta, em conjunto com as outras CPC's, determina na essência que todos os ativos são suscetíveis a redução de valor. Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 não existiam indícios de redução do valor recuperável dos ativos.

A cooperativa não tem valor para ajustar no ativo, devido à irrelevância de um grupo contábil e as características de outros grupos. O Ativo da instituição é composto de: 65,55% por Caixa e Equivalentes de Caixa, 30,5% de Valores a Receber, 0,07% de Outros Valores e Bens e 3,88% de Permanente. Dos valores registrados em Caixa e Equivalentes de Caixa, 99,74% correspondem a recursos centralizados na Uniprime Central em aplicações com perfil conservador. As operações de crédito correspondem a 99,78% dos valores a receber, que já tem uma regra específica de valores recuperáveis através da Resolução CMN 2682/1999.

18. FUNDO GARANTIDOR DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO – FGCCoop

A Cooperativa é participante do FGCCoop (fundo garantidor do cooperativismo de crédito), instituído pelo Banco Central do Brasil através da Resolução n.º 4.284, passando a vigorar a partir de março/2014, conforme art. 4º da Carta Circular 3.700.

19. DIVULGAÇÃO SOBRE AS PARTES RELACIONADAS

• Uniprime Central

A Cooperativa possui uma relação de filiação com a Uniprime Central, cuja participação no capital social é de R\$ 7.685.490,79 em 31 de dezembro de 2017. Entre as obrigações da Uniprime Centro Oeste do Brasil com essa relação, destacamos: subscrever e realizar as quotas-partes do capital social na Central e satisfazer pontualmente seus compromissos financeiros com a Uniprime Central.

A Uniprime Central tem a função de normatizar, controlar e padronizar todas as atividades operacionais e tecnológicas das singulares filiadas. A Uniprime Centro Oeste do Brasil contribuiu para manutenção da Central com um valor de R\$ 1.503.026,47 no exercício de 2017 e com R\$ 888.221,47 no exercício de 2016.

A Uniprime Central administra o Sistema de Tecnologia denominado Sistema de Tecnologia Uniprime – STU.

• Remuneração paga ao Conselhos de Administração, Conselho Fiscal e aos Diretores

Na Assembleia Geral Ordinária, realizada anualmente é estabelecida a remuneração para o Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva. No exercício de 2017 a remuneração ficou em R\$ 532.903,80 para o Conselho de Administração, R\$ 141.265,20 para o Conselho Fiscal e R\$760.723,34 para a Diretoria Executiva, totalizando R\$ 1.434.892,34.

20. RESOLUÇÃO 4.194/13 – METODOLOGIA DE APURAÇÃO DOS ATIVOS PONDERADOS RISCOS

Em cumprimento à Resolução 4.194/13 do Banco Central do Brasil, a Uniprime Centro Oeste do Brasil, escolheu a forma de apuração do montante dos seus ativos ponderados de riscos pelo modelo simplificado (RWArps).

21. GERENCIAMENTO DE RISCO OPERACIONAL

Em cumprimento à Resolução 3.380/06 do Banco Central do Brasil, foi implantada estrutura direcionada para gerenciar o risco operacional. Com base nas recomendações do Manual e Políticas de Gerenciamento do Risco Operacional elaborado pela Uniprime Central para aderência à normatização.

Estrutura designada:

- Diretor Responsável: Sr. Marco Antônio Brandão Garcia.
- Técnico Responsável: Sra. Daniela Monflier de Farias.

O gerenciamento do risco operacional se baseia em política, manual, descritivos dos processos e questionário dos descritivos dos processos, registro, mapeamento e estatísticas das perdas operacionais através de relatórios mensais e semestrais sendo adotada a metodologia de Abordagem de Indicador Básico para a alocação de capital.

O gestor de risco mantém arquivados os relatórios em cumprimento da política e procedimentos, que ficará à disposição para apreciação e verificação da auditoria interna e também pela supervisão do Banco Central do Brasil ou quando solicitado.

Endereço Eletrônico – www.uniprimecentral.com.br

22. RESOLUÇÃO 3464/07 - GERENCIAMENTO DO RISCO DE MERCADO

Em cumprimento à Resolução 3.464/07 do Banco Central do Brasil, foi implantada a estrutura de gerenciamento de risco de mercado. Com base nas recomendações do Manual e Política de Gerenciamento de Risco de Mercado elaborado pela Uniprime Central para a aderência à normatização.

Estrutura designada:

- Diretor Responsável: Dr. Gualberto Nogueira de Leles.
- Técnico Responsável: Sra. Daniela Monflier de Farias.

O gerenciamento do Risco de Mercado se baseia em Política, Manual e Relatórios mensais e semestrais de verificação da composição, carteira de investimentos, carteira de empréstimos e carteira de captação, com relação a taxas, prazos, tipo de papéis e despesas e receitas geradas.

A metodologia para cálculo da alocação de capital é a RBAN.

O gestor de risco mantém arquivados os relatórios em cumprimento da política e procedimentos, que ficam à disposição para apreciação e verificação da auditoria interna e também para supervisão do Banco Central do Brasil ou quando solicitado.

Endereço Eletrônico – www.uniprimecentral.com.br

23. RESOLUÇÃO 3721/09 - GERENCIAMENTO DO RISCO DE CRÉDITO

Em cumprimento à Resolução 3.721/09 do Banco Central do Brasil, foi implantada a estrutura de gerenciamento de Risco de Crédito. Com base nas recomendações do Manual e Política de Gerenciamento de Risco de Crédito elaborado pela Uniprime Central para a aderência à normatização.

Estrutura designada:

- Diretor Responsável: Sr. Marco Antônio Brandão Garcia.
- Técnico Responsável: Sra. Daniela Monfilier de Farias.

O gerenciamento do Risco de Crédito se baseia em Política, Manual, Relatórios mensal e semestral de verificação do índice de inadimplência, da carteira de empréstimos limite de aplicações de recursos em créditos para cooperados, concentração maior devedor individual em relação ao PR concentração dos 10 maiores devedores, provisão de risco de crédito, detalhamento da composição da carteira de empréstimos. Quanto à carteira de investimentos, é verificada a composição dos papéis, limite de aplicações em renda fixa e variáveis, prazos das aplicações e dos papéis que compõem os fundos, as contrapartes e receitas e despesas das aplicações na carteira de investimentos e carteira de empréstimos.

A metodologia para cálculo da alocação de capital é a PEPR.

O gestor de risco mantém arquivados os relatórios em cumprimento da política e procedimentos, que ficará à disposição para apreciação e verificação da auditoria interna e também pela supervisão do Banco Central do Brasil ou quando solicitado.

Endereço Eletrônico – www.uniprimecentral.com.br

24. RESOLUÇÃO 4.090/2012 - GERENCIAMENTO DO RISCO DE LIQUIDEZ

Em cumprimento à Resolução 4.090/2012 do Banco Central do Brasil, foi implantada a estrutura de gerenciamento de Risco de Liquidez. Com base nas recomendações do Manual e Política de Gerenciamento de Risco de Liquidez elaborado pela Uniprime Central para a aderência à normatização.

Estrutura designada:

- Diretor Responsável: Sr. Marco Fábio Mazzaro.
- Técnico Responsável: Sra. Daniela Monfilier de Farias.

O gerenciamento do Risco de Liquidez se baseia em Política, Manual e Relatórios mensal e semestral de verificação do índice de liquidez, descasamento de prazos, fluxo de caixa e limite de liquidez.

O gestor de risco mantém arquivados os relatórios em cumprimento da política e procedimentos, que ficará à disposição para apreciação e verificação da auditoria interna e também pela supervisão do Banco Central do Brasil ou quando solicitado.

Endereço Eletrônico – www.uniprimecentral.com.br

25. RESOLUÇÃO 3.988/11 - GERENCIAMENTO DO RISCO DE CAPITAL

Em cumprimento à Resolução 3.988/11 do Banco Central do Brasil, estamos implantando a estrutura de gerenciamento de Risco de Capital de acordo com

o cronograma, sendo o diretor já indicado e definida a estrutura organizacional e definida a política institucional.

Estrutura designada:

- - Diretor Responsável: Dr. Gualberto Nogueira de Leles.
- Técnico Responsável: Sra. Daniela Monfilier de Farias.

Endereço Eletrônico – www.uniprimecentral.com.br

26. OUVIDORIA

Conforme estipulado pela Resolução 4.433/15 do Banco Central do Brasil, foi implantada a Ouvidoria em nossa Cooperativa através de discagem gratuita pelo telefone 0800-4009066. O diretor responsável atual é o Sr. Marco Antônio Brandão Garcia o profissional responsável: Sra. Daniela Monfilier de Farias.

A instituição da ouvidoria como órgão técnico visa facilitar a comunicação dos cooperados com a cooperativa, visando o pronto atendimento de seus pleitos.

Campo Grande/MS, 31 de dezembro de 2017.

GUALBERTO NOGUEIRA DE LELES
GARCIA

Diretor Presidente

CPF 085.946.608-83

MARCO ANTÔNIO BRANDÃO

Diretor Administrativo

CPF 803.807.601-00

MARCO FÁBIO MAZZARO

Diretor Financeiro

CPF 000.335.526-81

DANIELA MONFILIER DE FARIAS

Contadora CRC/MS – 9715

CPF 831.735.011-87

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Srs.

**Conselheiros, Diretores e Associados da
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUA DOS PROFISSIONAIS DAS
CIÊNCIAS E DAS ARTES DO CENTRO OESTE DO BRASIL LTDA. – UNIPRIME
CENTRO OESTE DO BRASIL
Campo Grande – MS**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUA DOS PROFISSIONAIS DAS CIÊNCIAS E DAS ARTES DO CENTRO OESTE DO BRASIL LTDA. – UNIPRIME CENTRO OESTE DO BRASIL, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para os exercícios findos naquelas datas, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler as outras informações identificadas acima e, ao fazê-lo, considerar se essas outras informações estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidas de forma relevante.

Se, quando lermos o Relatório de Administração, concluirmos que há distorção relevante nesse relatório, iremos comunicar a questão aos responsáveis pela governança.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como

obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da empresa. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte - MG, 19 de janeiro de 2016.



BAUER AUDITORES ASSOCIADOS
CRC/MG 6427 "S" MS

MÁRIO ORLANDO BAUER
Contador Responsável
CRC RS 017.883/O-T-MG "S" MS

**PARECER DO CONSELHO FISCAL REFERENTE AO ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO
FISCAL DO ANO DE 2017 E APROVAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL**

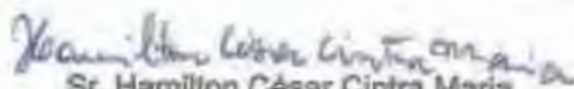
Em cumprimento ao que determina o Estatuto Social da **CECM DOS PROFISSIONAIS DAS CIÊNCIAS E DAS ARTES DO CENTRO OESTE DO BRASIL LTDA** e, em conformidade com a legislação vigente, apresentamos à insigne Assembleia Geral Ordinária, para apreciação e aprovação, o nosso parecer relativo às demonstrações contábeis referentes ao exercício do ano de 2017, encerrado em 31 de dezembro de 2017.

O Conselho Fiscal reuniu-se em 15 oportunidades sendo, 12 reuniões ordinárias e 03 reuniões extraordinárias. E, após minucioso exame relativo aos documentos econômicos, financeiros e patrimoniais, constatamos a perfeita ordem e correção dos mesmos, bem como a exatidão de todos os lançamentos contábeis, o que engrandece o trabalho apresentado pelos responsáveis por sua execução.

Apreciamos também o parecer dos auditores independentes, empresa **BAUER Auditores Associados**, sem ressalvas e datado em 19 de janeiro de 2018.

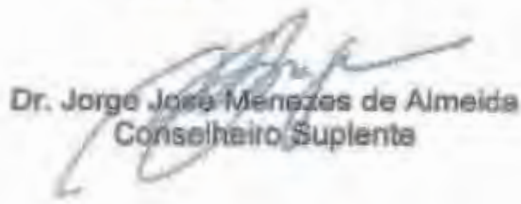
Assim sendo, os abaixo assinados, Membros do Conselho Fiscal reconhecem e atestam a precisão das informações apresentadas no Balanço Patrimonial, Mutação do Patrimônio Líquido, Demonstração do Fluxo de caixa, Demonstração do Superávit ou Déficit Acumulado e Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do Exercício de 2017, apresentado e, propõem a sua integral aprovação.

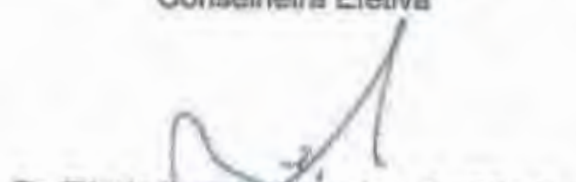
Campo Grande, MS, 19 de fevereiro de 2018.

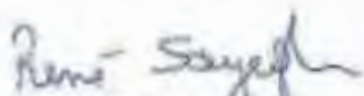

Sr. Hamilton César Cintra Maria
Coordenador Conselho Fiscal


Dr. Alberto Jorge Felix Costa
Conselheiro Efetivo


Dra. Irene Alves da Costa
Conselheira Efetiva


Dr. Jorge Jose Menezes de Almeida
Conselheiro Suplente


Dr. Tércio Ferreira Zampiera de Oliveira
Conselheiro Suplente


Dr. Rene Sayegh
Conselheiro Suplente